

LÍNGUA PORTUGUESA E ESCOLARIZAÇÃO EM CACHOEIRA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Prof^ª. Dr^ª. Emília Helena Portella Monteiro de Souza (UFBA)

Erick Nunes Santos (UFBA)

RESUMO:

Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas no campo de investigação sobre a história social linguística do Brasil, no que tange à formação do português brasileiro, e o papel da escolarização (MATTOS e SILVA, 2004) além de dialogar com os pressupostos da história da cultura escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2003). Focaliza-se a Bahia, mais especificamente a cidade de Cachoeira no Recôncavo baiano, numa perspectiva histórica, do século XVI ao XIX, já que esta durante certo período na era Colonial foi uma das principais cidades do Reino Português. O objetivo geral foi identificar como se deu o processo de escolarização, nessa área, considerando-se, primeiramente, a ação dos jesuítas, com a criação dos colégios, e a população atendida; depois, na segunda metade do século XVIII e no século XIX, a criação de escolas, a partir da estatização da educação; o perfil dos professores, que não se distinguia tanto dos alunos, pois, em geral eram leigos, e as populações atendidas. Este trabalho apresenta dados sobre o funcionamento das escolas e métodos de ensino utilizados. Os dados coletados demonstram deficiências no ensino e na formação de professores. Como procedimentos metodológicos usados na pesquisa, esses são de natureza bibliográfica e documental. Foram feitas leituras sobre o contexto histórico da região estudada, utilizando-se de fontes primárias e secundárias; os dados foram coletados no Arquivo Público de Salvador, na Biblioteca da UFBA, Reitor Macedo Costa, e na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, além de materiais digitalizados disponíveis em sites.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Escolarização. Recôncavo.

1. INTRODUÇÃO

A impressão que existe é que a fórmula da educação no Brasil é a mesma desde 1500. Da mesma maneira que o processo de colonização e a transmissão da língua portuguesa não ocorreram de forma regular, assim foi o processo de escolarização. Voltando-se o olhar para o Recôncavo baiano, mais especificamente para a cidade de Cachoeira, nos primeiros séculos do Brasil colônia, vai-se verificar que Cachoeira abrangia grande parte do atual Recôncavo, que foi durante muito tempo um grande centro comercial, e Cachoeira uma das cidades mais ricas da Colônia, tornando-se um atrativo para boa parte da população e até hoje continua sendo uma das principais cidades do Recôncavo.

Neste trabalho, nosso objetivo é apresentar dados significativos da cidade de Cachoeira, que surgiu no século XVIII, no que diz respeito à escolarização. Podemos dizer que a educação era predominantemente realizada pelas irmandades religiosas,

principalmente a partir do século XVII com os Jesuítas, e ainda no século XIX, muito tempo depois de sua expulsão, ainda havia registros de irmandades religiosas responsáveis pela educação na região. Nas escolas que o governo imperial criou para suprir a falta dos Jesuítas, no final do século XVIII, o perfil desses professores não se distinguia tanto do dos alunos, pois eles eram, em geral, leigos. A forma como a escola funcionou, os métodos de ensino aplicados podem revelar muito sobre a língua portuguesa que foi objeto de estudo e foi transmitida aos alunos.

2. Brevíssimo histórico da cidade de Cachoeira

A cidade de Cachoeira, uma das jóias do patrimônio histórico brasileiro, surgiu ainda no século XVI como Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, ao redor de uma capela que levava este mesmo nome, e às margens do rio Paraguaçu. Esta região era habitada por índios que foram praticamente exterminados já no início da segunda metade do século XVI, dando lugar à exploração de africanos escravizados. Com um solo fértil e próprio para o plantio de cana-de-açúcar, atraiu a vinda de colonos que estabeleceram engenhos trazendo prosperidade a esta região. Nos séculos XVII e XVIII houve o apogeu econômico desta cidade, uma vez que sua localização privilegiada servia de rota para comerciantes do sudeste (bandeirantes em busca de pedras preciosas e fumo) e de Salvador, tornando Cachoeira um centro comercial e uma das cidades mais ricas da colônia. Esta cidade possuía tamanho prestígio e poder que durante o período das revoltas regenciais, a Sabinada (1837-1838), ela foi a capital da Bahia recém-independente. A área da antiga Cachoeira era tão grande que abrangia boa parte do atual Recôncavo baiano, com o passar dos anos, seus distritos foram crescendo, ganhando autonomia, até se tornarem independentes e se desmembrarem de Cachoeira. Por este motivo, o foco maior deste trabalho será Cachoeira, pois, no período investigado, essas outras duas cidades ainda eram integradas a esta área.

3. Período Pombalino

Em meados do século XVIII, emergiu no governo administrativo de Portugal, no reinado de D. José I, uma figura marcante e importante, que revolucionou a nação portuguesa em várias áreas. Este administrador foi o Ministro Marquês de Pombal. No que tange à educação, foi o responsável por uma grande reforma no sistema educacional de todo o reino português. No ano de 1759, o Marquês de Pombal, através de um decreto, expulsou os jesuítas e também oficializou a língua portuguesa; essa deveria ser adotada nas escolas, na administração governamental etc., proibindo o uso das línguas gerais, tão largamente usadas no período jesuítico.

O ato de expulsão dos jesuítas deixou o reino português sem um sistema educacional, pois, esses jesuítas foram por mais de duzentos anos os principais (se não os únicos) educadores de Portugal e todos os seus domínios. Coube ao governo tomar rapidamente as medidas necessárias para suprir o déficit educacional deixado pela ausência dos jesuítas. Nesta época, então, foram outorgados vários decretos e feita uma verdadeira reforma educacional como afirma Carrato (1968 apud NUNES, 2006, p. 83)

Os ilustrados portugueses julgavam que o ensino jesuítico era baseado num obscurantismo autoritário, sendo livresco, pedante e pouco prático. Alvará de D. José, datado de 28 de junho de 1759, proscreeu todas as escolas jesuíticas e preconizou a reforma do ensino das humanidades no reino.

Esta reforma educativa foi a primeira tentativa portuguesa de promover a educação pública estatal e laica em contraposição à educação pública religiosa que era até então ministrada. Mas, mesmo após a expulsão dos jesuítas, em referência ao Recôncavo, as irmandades do Carmo e Santo Antonio ficaram com a função de propagar a instrução escolar.

No citado Alvará, há a implementação de um diretor de estudos e também instruções aos novos professores de gramática latina, grego e retórica. Constam ainda, neste Alvará, críticas feitas ao método jesuítico, como é possível observar no seguinte trecho:

[...] se vê nestes reinos extraordinariamente decahidos daquele auge, em que se achavão, quando as Aulas se confiãrão aos Religiosos Jesuítas, em razão de que estes com o escuro, e fastidioso Methodo, que introduzirão nas Escolas deste Reino, e seus Domínios; e muito mais com a inflexível tenacidade, com que sempre procurãrão sustentallo contra a evidencia das solidas verdades, que lhe descobrirão os defeitos, e os prejuizos de hum Methodo, que, depois de serem por ele conduzidos aos Estudantes pelo longo espaço de oito, nove, e mais anos, se achavão no fim deles tão ilaqueados nas miudezas da Grammatica, como destituídos das verdadeiras noções das Linguas latina, e Grega para nellas fallarem; e escreverem sem hum extraordinario desperdício de tempo, com a mesma facilidade, e pureza, que se tem feito familiares a todas as outras Nações da Europa, que abolirão aquelle pernicioso Methodo.

4. Período pós-pombalino

Anos mais tarde, houve a implantação de escolas públicas de primeiras letras, estabelecidas pelo Decreto de 15 de outubro de 1827, que propunha que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos fossem criadas escolas de primeiras letras. No caso da Bahia, houve a criação de escolas nas cidades do Recôncavo, além do incentivo à contratação de novos professores.

A instrução Pública faz-se regularmente representar por aulas particulares e seis públicas de 2ª classe na Freguezia da cidade, sendo três para cada sexo, representando uma matricula de cerca de 400 alumnos. Além d'estas há duas do dous sexos, na Feira da Conceição, duas no arraila de Belem, duas na Muritiba, duas na Cruz das Almas, duas em S. Thiago do Iguape, duas em S. Francisco de Paraguaçu, duas em S. Felix, uma de meninos nas Cabeças, outra no Allemão outra em Santo Estevão de Jacuipe e outra no Outeiro Redondo. (AGUIAR, 1888)

Mas a falta de pessoas qualificadas para lecionar criou um cenário, onde os professores pouco sabiam mais do que seus alunos de primeiras letras. Amancio Ramos, na segunda metade do século (1886), confirma essa informação em sua obra, significando que o problema perdura:

A instrucção dada ao povo a expensa do governo e em escolas que creara, estava abaixo do mal que delas se pode dizer. Além de poucas para uma tão larga extensão de território, e para a propria população que por ele se derramava, pouco mais sabião os professores de primeiras letras do que seus proprios discipulos. As cidades mais

importantes são quase os únicos pontos em que se fundam as escolas.
(RAMOS, 1886)

Além disso, em outro relato contido nas “Fontes para o estudo educacional da Bahia”, Tavares (2001, p. 26) afirma que: “[...] a instrução pública não produzia melhores resultados por causa dos professores, que demonstravam desinteresse, faltando às aulas, por negligência, ou com alegação de enfermidades.”

Portella (1868, p. 3 e 4) também afirma que:

[...] Por essa época, raros professores se encontravam nas aldeias sabendo ler, escrever, e contar bem. Liam mediocrementemente, escreviam sofrivelmente, com a mão assentada, e calculavam mal: de certo, que nas cidades se encontravam bons professores, mas faltamos de aldeias, e, com pequenas exceções, tal era a ignorância dos mestres de escola. O que se podia esperar de homens grosseiros, que, de ordinário, não escolhiam a profissão senão para evitar as fadigas mais arduas da lavoura?

Com a falta de professores capacitados, e também por este método ser bastante difundido na Europa, o governo decidiu adotar o *monitorial system* ou *méthode mutuelle*, nome adotado na França, (BASTOS, 2005, p. 36), intitulado no Brasil como Método Lencasteriano, ou Método de Ensino Mútuo, que consistia em concentrar uma grande quantidade de alunos em uma mesma sala, podendo conter cerca de trezentos alunos, sob a direção de um só mestre e aqueles que se destacavam eram promovidos a monitores. Como relata Antonietta Nunes (2008, p. 130):

Certamente preocupado com a escassez de professores capacitados, o imperador, em 22 de agosto deste mesmo ano de 1825, baixou a decisão nº 182, mandando promover nas Províncias a introdução e o estabelecimento de Escolas públicas de primeiras letras pelo Método Lencasteriano (ou de ensino mútuo, feito por alunos mais adiantados ou monitores, que lecionam a colegas menos preparados sob a supervisão do professor. O pedagogo inglês Joseph Lancaster o propagou na América).

Neste método, os alunos eram geralmente divididos em seis classes, onde todos os alunos, em tese, deveriam ter o nível de conhecimento semelhante para que dessa forma nenhum aluno soubesse nem mais nem menos do que outro. Bastos (2005), revela que:

[...] para os menores da classe, consiste em aprender o alfabeto e traçar letras sobre a areia; na segunda classe, os alunos são iniciados nas sílabas de duas letras, que escrevem sobre a ardósia; na terceira, fazem a combinação com três letras; na quarta, trabalham as palavras com várias sílabas; na quinta, começam a ler; somente na sexta lêem (sic) corretamente. Cada aluno pode pertencer ao mesmo tempo a várias classes diferentes. [...] O monitor, principal agente do método, [...] é que tem controle da classe e que classifica os alunos na classe. [...] Com essa configuração o papel do professor é restrito.

Cachoeira e o até então arraial de São Félix foram, ao que parece, das únicas cidades do Recôncavo a usar esse método. Pelo menos há um pedido para o funcionamento dessa escola em São Félix, embora não se saiba se ela realmente veio a existir. Nos documentos do Arquivo Público foi possível encontrar vestígios do uso desse método nessas cidades:

[...] sendo dever desta câmara, promover quanto estiver ao seu alcance o bem dos habitantes do seu território, leva ao conhecimento de Vossas Excelencias a urgente necessidade de que há de uma escola de primeiras letras do ensino mútuo no arraial de São Félix, pois que ali havendo ao pé de quinhentos fogos e nestes para mais de três mil pessoas. (APEB, Câmaras, 1269, 31/08/1829)

Nas fontes do Arquivo Público do Estado da Bahia pode-se notar constante referência ao padre-mestre Manoel Joaquim d’Azevedo. Este manteve durante duas décadas uma aula de primeiras letras pelo método de ensino mútuo puro e não um híbrido do método simultâneo, no adro do Convento do Carmo, na cidade de Cachoeira, que era a segunda maior população urbana da província.

[...] dando aula duas vezes ao dia sendo de manhã das 8 as 11 e a tarde de duas as 5 onde esta frequentemente ainda mesmo nas 5as. Feiras dexando de o fazer somente nos dias feriados de festas nacionais, e em todo anno residido constantemente dentro da mesma Villa (APEB, 1834)

Ainda nesta perspectiva, segundo Calderón (1976):

Em 1843, os carmelitas cachoeiranos abriram no seu Convento uma escola ou aula pública de Latim, como então se denominava, prestando-se os religiosos a instruir gratuitamente a juventude. [...] que impunha à Ordem do Carmelo essa obrigação em troca do consentimento dado para admitir ela certo número de noviços.

Segundo Portella (1845, p.3), no ano de 1845, existia na cidade de Salvador 28 aulas de primeiras letras, enquanto, em Cachoeira, existiam 28 aulas públicas, onde 23 dessas acreditava-se que fossem de primeiras letras, sendo as demais aulas maiores avulsas. É possível notar a importância da cidade de Cachoeira, uma vez que, possuía praticamente o mesmo número de aulas de primeiras letras que a capital, Salvador.

Nas “Fontes para o estudo educacional da Bahia” (TAVARES, 2001, p 28), pode-se encontrar na fala do presidente da província que faz um pequeno parecer quanto à instrução pública da província:

1848-FALA que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, na abertura da Assembléia Legislativa da mesma província, em 25 de março de 1848. Bahia, Tip. de João Alves Portela, 1848. 77p. Constata que a instrução pública tinha obtido alguns melhoramentos, mas que estava longe da desejada perfeição. Afirma-se partidário da extensão do ensino, visto ser a instrução um bem comum para todos, porém nota que as aulas elementares da Província estavam aquém das suas necessidades. Propõe que se divida a instrução primária em duas classes: elementar, propriamente, e elementar superior, como se admitia na França. Também se mostra favorável à melhora dos vencimentos do professorado. Para a fiscalização, sugere, em lugar das comissões, inspetores que estariam subordinados ao Diretor Geral dos Estudos. Refere-se às cadeiras vagas. Nas aulas, o único método utilizado era o simultâneo; apenas o professor de Cachoeira seguia o mútuo. Opina: ‘No meu entender é mais vantajoso o método simultâneo, tendo o primeiro (mútuo) já decaído na Europa.’ Nota que era pequena a matrícula na Escola Normal. (1848)

Até o fim do século XIX, na cidade de Cachoeira, a instrução primária esteve a cargo de algumas escolas que foram criadas, inclusive particulares, mas os problemas continuavam, em muitas faltavam mestres, organização e métodos eficientes. De acordo com Mello (2001), são essas as escolas presentes em Cachoeira naquele período: Colégio Paraguaçu de ensino particular; o “Convento do Carmo”, que já possuía um curso de latim de alto nível; o colégio particular “Conceição”, dirigido pelo professor Quirino Bastos; o Gynasio Cachoeirano dirigido pelo tenente Manuel Amâncio da Silva, que foi o primeiro colégio misto (ambos os sexos) da cidade; o colégio Instituto Cachoeirano pertencente ao professor Elesbão Dias Peixoto.

Ainda ressaltando a tamanha importância da cidade de Cachoeira, nesse período, logo após a abolição da escravatura, em 1888, foi inaugurada nesta cidade uma escola para os ex-escravizados pela Sociedade Trese de Maio, que tinha como objetivo promover a instrução dos libertos, defendê-los e dar-lhes trabalho. Antes da escola fundada por esta sociedade, já funcionava uma escola noturna fundada pelo professor Cincinnato Franca que rendia resultados notáveis aos educandos, como afirmou uma análise do Jornal de Notícias em 19/04/1889: “Vimos escritas limpas, corretas, letra finamente talhada, devidas a discípulos de pouco tempo; arguições sobre gramática, sobre aritmética, perfeitamente satisfeitas; boa leitura, clara e corrente.”

Conceição (2007, p 121), afirma que:

Em janeiro de 1889, estavam matriculados na escola do professor Cincinnato 60 alunos ‘de diversas idades, diferentes condições.’ Esses alunos, tal qual os da escola da Sociedade Trese de Maio, tinham atividades bastante diversificadas, dando uma idéia do universo profissional de grande parte dos ex-escravos de Cachoeira, bem como das características econômicas e regionais dessa cidade.

Conclusão

A escola sempre teve uma função coercitiva, em relação ao ensino da língua, mas voltando-se para o período jesuítico, no Recôncavo, especialmente em Cachoeira, observa-se que as primeiras letras eram ensinadas nos aldeamentos, mas não se sabe da extensão desse ensino, duração e quantos tinham acesso a esse; para as classes abastardas houve o Seminário de Belém, que durou do século XVII ao final da primeira metade do século XVIII. Também outras ordens religiosas vieram suprir o ensino, depois da expulsão dos jesuítas.

No período pombalino e pós-pombalino, o que se observa são informações sobre a falta de formação da grande maioria dos professores. Foram criadas escolas e algumas deixaram de existir. Não se pode assegurar que as escolas que foram criadas, por decreto do governo da Província, com a Lei de 1827, permaneceram por muito tempo, nem se atenderam à população da área geográfica de Cachoeira. O que se sabe é que em Cachoeira foi criada uma escola de ensino mútuo, atendendo a uma grande quantidade de alunos, na primeira metade do século XIX, vindo a suprir uma demanda, com a falta de professores qualificados.

Mais para o final do século, algumas escolas foram criadas, algumas adentrando o século XX. Os problemas de criação e manutenção das escolas, a falta de professores qualificados, a sazonalidade da presença dos alunos nas aulas, esses podem ser fatores para se pensar que a escola não deve ter exercido esse papel coercitivo, do ponto de vista linguístico, nesse período. De acordo com MATTOS e SILVA (2004), é a partir da

expansão da educação no século XIX que o percentual de letrados cresceu, mesmo que ainda de forma insatisfatória.

Os letrados brasileiros que, do século XVI aos inícios do século XIX, não ultrapassavam 0,1%, cresceram no último século e alcançaram 20 ou 30% em 1920. A presença, mesmo que rarefeita, da escola e de um embora fraco e localizável, desenvolvimento cultural letrado, fez certamente surgir um elemento novo: a norma linguística explicitada e coercitiva.” (MATTOS e SILVA, 2004)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Durval Viera de. **Descrições das práticas da província da Bahia**. Bahia: Typographia do <<diário da Bahia>>, 1888 p.230, 237.
- CALDERÓN, Valentin. **O convento e a Ordem terceira do Carmo de Cachoeira**. Bahia: Gráfica Universitária UFBA, 1976.p.27 e 28.
- CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. **“O aprendizado da liberdade”: Educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista**. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (orgs.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008. p. 159-174.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Português brasileiro: raízes e trajetórias. In: **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.
- NUNES, Antonietta D’Aguiar. A educação na Bahia imperial (1823 – 1889). In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Editora Arcádia, 2008.p. 121-159.
- NUNES, Antonietta d’Aguiar. **A obra catequética dos indígenas pelos jesuítas na Bahia**. R IGHB, Bahia, Salvador , v. 102, p. 55-80, 2007.
- NUNES, Antonietta d’Aguiar. **O Marquês de Pombal e suas reformas no ensino**. R IGHB, Bahia, Salvador , v. 101, p. 71-94, 2006.
- PORTELLA, João Alves. **Ensino Simultaneo**. Bahia: TYP. De Camillo de Lellis Masson & G., 1868.p. 3 e 4.
- RAMOS, Amancio. **Noções pedagógicas: Obra de educação**. Bahia: Typographia dos dois mundos, 1886.
- SANTOS, Fabricio Lyrio. A Presença Jesuíta no Recôncavo da Bahia. In: **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol.I, 2007.p. 34.
- SILVA, José Carlos de Araújo. **O Recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras (1827 – 1852): um estudo do cotidiano escolar**. 1999. 2009 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II: século XIX. Petrópolis- RJ: Vozes, 2005.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. **Fontes para o estudo da educação no Brasil**. 2. ed. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2001. 508 p.
- VIANNA, Francisco Vicente. **Memoria Sobre o Estado da Bahia**. Bahia: Typografia e encadernação do Diario da Bahia, 1893.
- VILHENA, Luís dos Santos. Carta Oitava. In: **A Bahia no Século XVIII**. Bahia: Editôra Itapuã, s.a.p. 273-291.

Autor(es)

Emília Helena Portella Monteiro de SOUZA, Prof^a. Dr^a

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Emiliahelena.pm@gmail.com

Erick Nunes Santos

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

ericknunesantos@hotmail.com